



**Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo**

**MENSAGEM DE LEI Nº.: 045/2025**

**IPAMERI, 08 DE SETEMBRO DE 2025.**

**EXMO SR.:**

**VEREADOR ALISSON JOSÉ ROSA DE ANDRADE  
D.D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI  
IPAMERI – GOIÁS**

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar o Projeto de Lei, em anexo, que “Institui o Programa Adote uma Praça no âmbito do Município de Ipameri, e dá outras providências.”

A presente proposição legislativa visa instituir o Programa “Adote uma Praça” no Município de Ipameri, estabelecendo um instrumento de cooperação entre o Poder Público e a sociedade civil para a conservação, manutenção e revitalização dos espaços públicos.

A iniciativa surge como uma resposta estratégica à crescente demanda por zeladoria e melhoria da qualidade de vida urbana, permitindo que a administração municipal compartilhe a responsabilidade pela gestão do patrimônio público com a iniciativa privada e demais entes sociais.

O programa fomenta a colaboração para a manutenção de uma ampla gama de bens de uso comum, incluindo praças, parques, áreas verdes, jardins, rotatórias, canteiros centrais e outros espaços esportivos ou urbanísticos.

A natureza dessa parceria se baseia em uma relação de benefício mútuo: o município obtém o apoio financeiro e operacional para a conservação de suas áreas, resultando na redução de custos e na melhoria contínua da paisagem urbana, enquanto o parceiro, em troca, ganha visibilidade por seu engajamento cívico e responsabilidade socioambiental.

É imperativo esclarecer que, enquanto as PPPs são contratos onerosos para a Administração Pública, que envolvem delegação de serviços ou obras e exigem um

complexo processo de licitação, o programa proposto para Ipameri é uma forma de colaboração voluntária, sem qualquer contrapartida financeira do município ao parceiro privado.

O instrumento jurídico adequado para formalizar essa relação será o Termo de Cooperação, que é mais simples, desburocratizado e, por sua própria natureza, não se enquadra na definição de concessão patrocinada ou administrativa, conforme a legislação de PPPs.

Além dos benefícios econômicos e operacionais, a iniciativa possui uma dimensão social profunda. Ao envolver a comunidade na conservação dos espaços, o programa contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e de cidadania. Portanto, a presente Lei vai além de uma simples medida administrativa, configurando-se como uma política pública de incentivo à participação social e à melhoria da qualidade de vida urbana de forma sustentável.

Em suma, o Projeto de Lei se alinha com os princípios da eficiência, da participação social e da sustentabilidade, oferecendo uma solução inteligente e transparente para a gestão dos espaços públicos.

Por todo o exposto, contando com a aprovação do projeto pelos ilustres vereadores, antecipo meus cumprimentos e renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



**JÂNIO PACHECO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º.: 079/2025, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025.**

Institui o Programa “Adote uma Praça” no âmbito do Município de Ipameri, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI, ESTADO DE GOIÁS**, aprova e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa “Adote uma Praça” no âmbito do Município de Ipameri, com o objetivo de estimular a conservação, a manutenção, a organização e as benfeitorias em áreas públicas, por meio da celebração de termos de cooperação com a iniciativa privada, pessoas físicas, associações de moradores e demais entes da sociedade civil.

**Parágrafo Único.** O Programa abrange praças, parques, jardins, áreas verdes, rotatórias, canteiros centrais, monumentos e outros espaços públicos de interesse urbanístico do Município.

**Art.2º**- São objetivos do Programa:

I - viabilizar a conservação, manutenção e zeladoria de espaços públicos, com o mínimo de custo para a Administração Pública Municipal;

II - incentivar a realização de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas;

III - aperfeiçoar as condições de uso dos espaços públicos e seu entorno, incluindo melhorias na iluminação, limpeza e segurança;

IV - fomentar a realização de atividades culturais, esportivas e de lazer nos locais adotados;

V - promover a conscientização da comunidade sobre a importância da preservação do patrimônio público.

**Art. 3º**- O objeto do Termo de Cooperação será a realização de serviços e obras de conservação, manutenção e limpeza, incluindo, mas não se limitando a:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

**Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo**

- I - jardinagem, paisagismo e ajardinamento;
- II - poda de árvores, em conformidade com as normas ambientais vigentes;
- III - plantio de mudas e vegetação nativa;
- IV - varrição e recolhimento de lixo;
- V - pintura de bancos, lixeiras, muretas, quadras poliesportivas e outros equipamentos urbanos;
- VI - reparos e manutenção em equipamentos, mobiliário urbano, passeios e calçadas.

**Art. 4º-** Poderão participar do Programa pessoas físicas e jurídicas que apresentem a documentação regular e que atendam aos critérios de habilitação a serem definidos em regulamento.

**Parágrafo Único.** As atividades de que trata o Art. 3º deverão ser realizadas em estrita conformidade com as legislações municipais vigentes.

**Art. 5º-** A formalização da parceria dar-se-á mediante a celebração de Termo de Cooperação entre o Município de Ipameri, por intermédio do Poder Executivo, e o parceiro interessado.

**Parágrafo Único.** Em caso de mais de um interessado na adoção de um mesmo espaço público, a Administração Pública avaliará as propostas e selecionará aquela que melhor atender ao interesse público, conforme critérios de prioridade a serem definidos em regulamento.

**Art. 6º-** O Termo de Cooperação terá a vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por igual período, mediante manifestação prévia do parceiro e aprovação do Poder Executivo, sucessivas vezes.

**Art. 7º-** Em contrapartida aos serviços de conservação e manutenção, o parceiro cooperante terá o direito de divulgar sua participação no Programa por meio da instalação de placa indicativa no local adotado, conforme modelo padrão a ser estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI

**Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo**

**§1º-** A publicidade veiculada na placa deverá se restringir à informação de que o parceiro é o "adotante" do local e que se responsabiliza por sua manutenção e conservação.

**§2º-** É vedado ao parceiro utilizar a placa para fins comerciais ou publicitários que não sejam a divulgação da própria parceria com a Administração Pública.

**Art. 8º-** O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Municipal de Meio Ambiente, é responsável pela fiscalização da execução dos serviços e obras de manutenção e zeladoria.

**Parágrafo Único.** O Termo de Cooperação poderá ser rescindido unilateralmente pelo Poder Executivo em caso de descumprimento das obrigações assumidas pelo parceiro.

**Art. 9º-** As benfeitorias, obras, equipamentos e melhorias de qualquer natureza realizados pelo parceiro no local adotado serão incorporados ao patrimônio do Município, sem direito a qualquer tipo de restituição ou indenização.

**Art. 10-** O Poder Executivo Municipal, por meio de Decreto, regulamentará esta Lei, estabelecendo os procedimentos e as diretrizes para a inscrição, a análise das propostas, a celebração e a rescisão dos termos de cooperação, bem como a fiscalização do Programa.

**Art. 11-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPAMERI**, aos 08 (oito) dias do mês de setembro de 2025.

  
**JÂNIO PACHECO**  
Prefeito Municipal